

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE  
DOIS MIL E CATORZE**

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

b) Informação sobre os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;

c) Relatório anual de atividades e do plano de ação da CPCJ

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: Carlos Manuel Andrade Costa, José Severino Soares Miranda, António José Elvas da Rocha, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Manuel Gonçalves dos Santos, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Paulo Jorge da Costa Dinis, Américo Oliveira Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vitor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre se havia alguma proposta de alteração ao projeto da ata da anterior sessão, não havendo nenhuma alteração, colocou à votação a ata tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois leu a convocatória e entrou-se no ponto um: -“Período Antes da Ordem do Dia”, tendo usado da palavra o membro da Assembleia Manuel Gonçalves, para falar das comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril, dizendo que foi uma porta que abriu Portugal para o mundo e, como tal, deveria ser feita uma homenagem à data e a todos os que em Fornos de Algodres contribuíram para que a democracia fosse uma palavra certa e justa. Propôs que, com base no que disse anteriormente, o jardim contíguo à Câmara Municipal passe a ter o nome de “Jardim Municipal 25 de Abril “ ou “Jardim 25 de Abril”.

O membro da assembleia António Elvas da Rocha enalteceu a atitude da câmara na realização de ações de esclarecimento da população, nomeadamente no que diz respeito à compostagem e à entrada em vigor das novas regras de trânsito, salientando que são iniciativas que constituem uma mais-valia. Depois falou na agricultura, dizendo que têm surgido, ultimamente, projetos de jovens que mereciam outro tipo de divulgação, feita a nível da população em geral. Por fim, disse que a atenção do município não se deverá restringir apenas ao queijo da serra e ao turismo, mas também se deverá dar valor à agricultura, área onde os jovens têm investido ultimamente.

O Presidente da Assembleia, relativamente à proposta do membro Manuel Gonçalves, referiu que a mesma já tinha sido feita em tempos e que não foi unânime, e que independentemente do momento histórico em que a placa foi colocada, esta deve ser respeitada e não deve ser mudada. Contudo, deu um interregno de 5 minutos nos trabalhos para refletirem na questão e depois submeter à votação, a proposta do PS.

Retomados os trabalhos o membro da assembleia Marcos Paulo disse que já existe em Fornos uma Avenida com o nome 25 de abril e que esta mudança já deveria ter sido feita em tempo útil, por isso, a bancada do PSD abstém-se.

O membro da assembleia Cristina Guerra, diz que é uma hipérbole chamar-se de jardim ao espaço contíguo à câmara e, por isso, a bancada do CDS abstém-se.

O Presidente da Assembleia colocou à votação esta recomendação à Comissão de toponímia que foi aprovada por maioria e com abstenção da bancada do PSD, CDS e Independente.

Relativamente à questão do membro António Elvas da Rocha, o Presidente da Câmara disse que há um Gabinete de Agricultura que já existia no anterior executivo e que há vários projetos em curso, nomeadamente de mirtilos, desenvolvidos por jovens das freguesias de Sobral Pichorro e Maceira, que estão a ser acompanhados pelo Gabinete. Relativamente à eletrificação, há possibilidade de se fazerem candidaturas a financiamentos para que haja menos custos para os jovens agricultores e para que estes possam desenvolver os seus projetos.

De seguida, o Presidente da Câmara pediu desculpa ao Presidente da Assembleia pelo facto de só no próprio dia ao da realização da assembleia lhe ter sido facultada a informação escrita, dado que não foi possível em tempo útil.

O Presidente da Assembleia salientou que para ele basta ter acesso à documentação no dia anterior, mas com data de cinco dias atrás para se fazer cumprir a lei.

Passou-se de seguida à alínea a) da Ordem do Dia: - Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º110 datado de 26 de Fevereiro de 2014, o qual aqui se dá como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

O membro da Assembleia Luís Miguel Ginja disse que o povo de Fornos continua a colocar aos socialistas as mesmas questões de sempre, uma relativa à situação financeira da Câmara Municipal e à promessa feita pelos socialistas em época de campanha eleitoral de fazer uma auditoria às contas e procedimentos da Câmara. Disse que a uma das perguntas o Sr. Presidente da Câmara já respondeu na informação escrita – a realização de uma auditoria.

A outra questão que coloca tem a ver com o último dia de campanha eleitoral, em que circularam pela vila de Fornos três documentos, um do PS, outro com o logótipo da Autarquia e o último não identificado. O assunto era comum: “Terras Serranas”. O membro Luís Ginja pergunta quem mente - os apoiantes do PS, que dizem que todas aquelas infra-estruturas já não são pertença da Câmara ou os anónimos. Diz ainda que é importante esclarecer este assunto de uma vez por todas.

O membro da Assembleia Luís Agostinho agradeceu e louvou a atribuição de um subsídio à Associação Desportiva de Fornos de Algodres que

poderá vir a encerrar no final da época, caso a má situação financeira que atravessa se mantivesse.

Questionou também o Presidente da Câmara sobre o projeto Ruanda, que consiste numa proposta feita pela Academia de Ruanda para a vinda de sete jogadores. Como até à data a Câmara não se pronunciou e a Desportiva não tem condições financeiras para tal, o processo poderá vir a ser anulado, o que é pena, uma vez que a vinda dos jogadores seria vantajosa quer para a Associação Desportiva quer para o concelho.

No que diz respeito à intervenção do membro Luís Ginja, o Presidente da Câmara referiu ser sua preocupação resolver as questões relacionadas com os projetos “Terras Serranas” e “Fornos Vida”, até porque é a Câmara Municipal que paga a conta da luz que abastece o hotel. Disse ainda que reuniu com o empresário do hotel com o objetivo de clarificar a situação através do diálogo e pedir a certificação do PT junto da Direção da Economia. Relativamente à outra questão colocada pelo membro Luís Ginja, no período de campanha eleitoral, o Presidente da Câmara, enquanto candidato, teve acesso à Certidão de Teor onde vinha a descrição dos prédios pertencentes às “Terras Serranas” e que, na altura, era o único elemento que tinham. Posteriormente, pediram a Certidão de Registo Predial, que não existia na Câmara, onde vem a descrição de um prédio com três pisos, um campo de futebol relvado, um polidesportivo e um parque de merendas, tudo pertença das “Terras Serranas”. Há uma possibilidade de todos estes terrenos voltarem a pertencer à Câmara. O Presidente da Câmara quer esclarecer este assunto de uma vez por todas e pediu a colaboração de todos os presentes.

Em relação à Desportiva, o Presidente da Câmara frisou que o subsídio atribuído foi o possível dentro das capacidades financeiras da Câmara.

Relativamente ao Ruanda, houve de facto uma reunião com o representante dos jogadores, mas antes de se tomar uma decisão, terá de ser feita uma avaliação da situação, para determinar se haverá consequências para o executivo, quer financeiras quer a outros níveis, nomeadamente no que diz respeito a seguros de saúde. Uma vez que não pertencem à comunidade europeia, estes jovens terão de ser abrangidos por um seguro de saúde. Quando esta questão for esclarecida, tomar-se-á uma decisão.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao vereador Alexandre Lote que disse que o envolvimento de três entidades – Município, Desportiva e Academia de Ruanda, pode não ser suficiente como rede social de suporte para a vinda destes jovens e que é importante envolver outras entidades do domínio social, para podermos dar resposta às suas necessidades. Ficou acordado estes jovens irem almoçar à escola. Em relação ao apoio médico, é estritamente necessário criar uma rede social de suporte para os apoiar.

O Membro Luís Agostinho disse que compreende o que foi dito, mas que as condições enumeradas têm de ser criadas rapidamente ou então é preciso reunir as entidades intervenientes e encerrar o processo. Referiu que caso isso aconteça, lamenta porque seria o “voltar com a palavra atrás” e, para isso acontecer, teria de haver uma razão plausível.

O Presidente da Assembleia salientou que relativamente ao assunto “Terras Serranas”, já conversou com o Presidente da Câmara e, tal como ele, quer ver este assunto resolvido, porque não houve má fé mas uma intenção de criar postos de trabalho.

No que diz respeito à auditoria, está plenamente de acordo, os propósitos foram-lhe explicados, entendeu-os e aceita-os. O único senão, é que esta deveria ser feita no início do mandato e quer saber quais os custos que ela acarreta.

Em relação ao projeto Ruanda, diz que o Serviço de Fronteiras colocou enormes entraves à vinda dos jovens e que só há quinze dias o processo teria chegado a esse serviço para eles se pronunciarem. Assim, a vinda destes jovens já não faria sentido, uma vez que a época desportiva estava a acabar. A seu ver, o novo executivo deveria pronunciar-se, mostrar ou não o seu interesse e contactar com as entidades. Reconhece que a vinda dos jovens acarreta riscos sob o ponto de vista social, mas que se deveria ajudar a Desportiva e receber os jovens.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra, acha bem que se faça uma auditoria às contas da Câmara. Em relação ao assunto “Terras Serranas”, disse que a participação social não se reflete na contabilidade da Câmara, não trouxe mais emprego nem nada de bom para o concelho.

Em relação à auditoria, o Presidente da Câmara referiu não ter sido feita no início do mandato, porque há uma calendarização feita pela Inspeção Geral

das Finanças a que estamos sujeitos, daí ter sido solicitada apenas agora, também para coincidir com o fecho das contas relativas ao ano de 2013. Foi pedido um parecer ao Tribunal de Contas para se saber se a Câmara teria de fazer um fecho de contas intercalar, devido à tomada de posse da Dra. Isabel. A resposta do Tribunal de Contas foi afirmativa. Todos estes elementos, irão servir para realizar a auditoria, que terá um custo aproximado de 16.000.00 €.

No que concerne às Terras Serranas e à intervenção do Membro Cristina Guerra, o Presidente da Câmara referiu ter pedido aos Serviços Técnicos e ao Técnico Oficial de Contas, para fazer refletir na contabilidade da Câmara, quer a participação social nas “Terras Serranas” quer no “Fornos Vida”. O único problema que se coloca é o de quantificar o valor que a Câmara detém nessas sociedades e todos os outros valores que não foram quantificados até à data, em termos reais. Foi decidido em reunião de Câmara que o representante social nestas sociedades seria o atual Presidente de Câmara.

Passou-se à alínea b) – Informação sobre os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades. O Presidente da Câmara passou a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que referiu ser a Resiestrela a única empresa que nos traz dividendos sendo a única que tem um carácter empresarial. Quanto às Terras Serranas e Fornos Vida, não estão registadas patrimonialmente, porque não havia elementos suficientes para o fazer. Em 2011 foi feito um ofício às Terras Serranas para facultarem esses elementos, mas não se obteve resposta. Também recentemente e já com o novo executivo, foi feito um novo ofício que, até à data, ainda não obteve resposta.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra, disse não compreender porque é que não há registo da quantificação destas empresas nas contas da Câmara.

O Presidente da Câmara, referiu ser necessário ver a participação da Câmara nestas empresas, nomeadamente qual a estrutura societária e número de ações e, nesse sentido, foram feitos vários ofícios que não obtiveram resposta nem foram prestadas declarações. A Câmara vai insistir e, caso essas informações não sejam facultadas, terá de agir judicialmente contra as

empresas. No que diz respeito à eletrificação, estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de clarificar a situação o mais breve possível.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra disse que gosta das coisas em conformidade e os benefícios da participação nessas sociedades têm de ser mútuos.

O Presidente da Assembleia referiu que o projeto Terras Serranas foi aprovado por unanimidade na reunião da Assembleia e que a Câmara adjudicou à EDP a ligação do PT do hotel ao da câmara por 25.000.00 €. As infra-estruturas em redor do hotel não estão todas pagas, umas foram financiadas por fundos comunitários e outras foram pagas pelo empresário e está tudo contabilizado nos Serviços Técnicos. No protocolo prevê-se que depois da inauguração da obra, apenas o hotel e as zonas verdes ficarão registadas em nome das Terras Serranas e que os outros terrenos revertem a favor da Câmara. O Presidente da Assembleia disponibilizou-se para esclarecer quaisquer dúvidas.

Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia:- "Relatório Anual de Atividades e do Plano de Ação da CPCJ, baseado no ofício n.º6 da CPCJ datado de 31 de Janeiro, o qual se dá como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao vereador Alexandre Lote e este esclareceu que todos tiveram acesso ao relatório e quer apenas salientar que houve um alargamento da composição da comissão restrita com a colocação de duas técnicas, Diana Baltazar Martins e Susana Mafalda Tomás Ferreira para a área de Direito. Em relação ao plano de ação, decidiram incluir metas e indicadores de avaliação e as reuniões da CPCJ serão descentralizadas.

Passou-se ao ponto 3: - Outros assuntos de interesse para o concelho.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves falou no encerramento do tribunal, salientando que houve uma viagem infrutífera a Lisboa, uma vez que não foram recebidos pela Ministra. Este encerramento é uma morte lenta para o concelho e, por isso, propôs que se faça uma manifestação que tenha impacto na comunicação social, em defesa do tribunal, também porque é uma pena ver uma obra desta envergadura não ser aproveitada para o fim a que se destina. Agora é o Tribunal, mais tarde será o Serviço de Finanças. Pediu a

colaboração de todos nomeadamente da comunidade escolar. Por fim, como membro da bancada que suporta o atual executivo, ofereceu todo o seu apoio ao Presidente da Câmara para a resolução da questão “Terras Serranas”.

O Membro da Assembleia Rui Furtado, manifestou o apoio da bancada do PSD no que diz respeito à questão do encerramento do Tribunal e, possivelmente, do Serviço de Finanças. Questionou o Presidente da Câmara sobre o resultado da reunião que decorreu na ANMP e quais as medidas que iriam ser tomadas. A outra questão prende-se com o facto de nalgumas avenidas de Fornos e, principalmente ao fim de semana, haver contentores lotados e lixo espalhado pelo chão, o que dá uma má imagem da vila a quem a visita. A bancada do PSD, consciente da escassez de recursos, não pede um reforço de contentores, mas sim uma campanha de sensibilização junto das famílias de modo a fazerem uma gestão diferente dos resíduos.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra, chamou a atenção para a existência de casas em avançado estado de degradação, que podem vir a causar acidentes. Salientou ainda o facto de haver várias obras de imóveis sem a respetiva proteção, nomeadamente a obra da firma António Caetano & Moreira, Lda., no Bairro do Ténis, que se encontra aberta. Referiu também que a sinalética de trânsito não está homologada e não está à altura regulamentada. Mostrou também a sua indignação pelo facto de os esgotos do edifício da C+S não estarem ligados à rede de saneamento.

O Membro da Assembleia Elvas da Rocha alertou os Presidentes das Juntas de Freguesia para o pagamento aos membros das mesas eleitorais. Aborda a questão dos idosos, dizendo que estes têm sido um alvo fácil deste governo e que há alguns a viver no limiar da pobreza. À semelhança do que acontece com os jovens, propõe que se forme um gabinete de apoio aos idosos do concelho.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo disse que está do lado do executivo, no que diz respeito à questão do encerramento do Tribunal e que não concorda com a posição do governo. Abordou ainda a questão da participação dos munícipes na Assembleia, dizendo que isso faz todo o sentido e propôs que fosse incluído no regimento da Assembleia, a gravação da mesma, transmitida em tempo útil, no site da Câmara Municipal.



O Membro da Assembleia Luís Agostinho pediu a colaboração do Presidente da Câmara para concluir os passeios à entrada da freguesia de Infias e, também, para ligar algumas luminárias, nomeadamente no caminho da rasa, que é via de passagem para quatro pessoas. Referiu também que há duas obras de extrema importância para a freguesia de Infias que são o Miradouro e a Casa Mortuária e quer saber o ponto de situação.

O Presidente da Assembleia colocou-se ao dispor do Presidente da Câmara para resolver algumas questões, nomeadamente em relação à Biblioteca e ao Balcão de Overbooking.

Relativamente à questão do Tribunal, o Presidente da Câmara referiu que estão a ser tomadas várias diligências, nomeadamente uma audiência com a ministra e com o Presidente da República. A ANMP está a fazer uma intervenção junto da comunicação social, no sentido de não tomarem posição apenas pelo governo. Disse ainda que a Câmara irá entregar uma providência cautelar que será entregue no Tribunal de Fornos. Pediu a presença de todos na manifestação que irá decorrer na segunda-feira, dia 3 de Março, em frente ao tribunal, uma vez que irão estar presentes os meios de comunicação social. O Presidente da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, irá fazer um comunicado em defesa destas instituições – Tribunal e Serviço de Finanças.

Relativamente às casas em avançado estado de degradação, os serviços de proteção civil têm os casos sinalizados e está a decorrer o processo de notificação aos proprietários para resolver esse problema. Caso isso não aconteça, a Câmara terá de tomar uma atitude em termos legais.

No que diz respeito às obras sem proteção no Bairro do Ténis, coloca-se uma questão legal: a empresa encontra-se em processo de insolvência e, por isso, é necessário falar com o administrador de insolvência no sentido de obter uma autorização para a Câmara poder arranjar os acessos aos apartamentos e colocar uns taipais.

Acerca da sinalética, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Técnico Alberto Santos que confirma que há sinalética que não está em conformidade, mas que está a ser feito um levantamento no sentido de esta ser substituída por sinalética nova. Em relação à questão dos esgotos da C+S, o técnico Alberto Santos referiu que é necessário comprar uma bomba para bombear esses esgotos para a rede de drenagem das águas residuais.

Em relação à questão do Membro Elvas da Rocha, esclareceu que o dinheiro para os membros das mesas eleitorais já foi transferido para as Juntas de Freguesia.

Relativamente às questões do Membro Luís Agostinho, O Presidente da Câmara disse que os projetos – Miradouro, Casa Mortuária, passeios – estão sinalizados. Em relação ao caminho da rasa, o executivo entende que o alargamento da rede não é prioritário, a prioridade do momento é criar condições para que a iluminação possa ficar ligada durante a noite.

No que diz respeito às reuniões com os Presidentes de Junta, o decreto-lei 75/2013, prevê que sejam assinados acordos de cooperação, em que se definem quais as competências das juntas, de modo a dotá-las financeiramente. Estão a definir-se prioridades de maneira a que os trabalhos possam ser feitos por funcionários da Câmara.

No que concerne à participação dos munícipes nas Assembleias e à gravação das mesmas, o apelo já foi feito nesse sentido. O Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia e os técnicos da Câmara irão estudar a melhor solução e quais os custos que isso acarreta.

Relativamente à questão da biblioteca, está agendada uma reunião com a Dra. Isabel Damasceno de modo a resolver este assunto.

Em relação ao balcão de overbooking, depois de feita uma avaliação, chegou-se à conclusão que não é elegível fazer este tipo de candidaturas em overbooking no entanto, o Presidente da Câmara quando reunir com a Dra. Isabel Damasceno, abordará este assunto.

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador Alexandre Lote, que em relação à eletrificação, referiu que está a ser feito um levantamento em todas as freguesias de modo a corrigir algumas situações e, dentro do possível, irão mandar ligar algumas luminárias durante a noite. Este levantamento, está a ser feito durante a noite de modo a fazer uma avaliação da situação o mais justa e inequívoca possível.

Relativamente à questão colocada pelo Membro da Assembleia Rui Furtado, está a ser feito um levantamento pelos Técnicos de SIG da Câmara, de todos os contentores, potes e ecopontos existentes no concelho, uma vez que pode não haver falta de contentores, mas estes estarem mal distribuídos. Diz ainda que é importante promoverem-se ações de sensibilização para a

reciclagem dos materiais e estas serão desenvolvidas, nomeadamente a recolha porta a porta.

Relativamente às questões relacionadas com os idosos, está previsto para o corrente ano, o “Projeto de Reparação Municipal”, em que os técnicos do município farão gratuitamente a reparação de habitações que obedeçam a determinados requisitos, ficando a cargo dos proprietários a compra dos materiais.

Em relação à situação dos idosos, em sede de CLAS foi decidido haver uma comissão que engloba os Serviços de Ação Social do município, da GNR, Centro de Saúde e A.P.S.C. de Fornos de Algodres, que, em conjunto, procurarão dar resposta a essas questões. Será feito um estudo à população idosa e, consoante os resultados obtidos, colocar-se-ão ou não em prática os projetos de tele-assistência através da aquisição de aparelhos para idosos que vivam em isolamento, emergência social, cartão sénior para idosos com mais de 65 anos e georreferenciação de idosos que vivam em isolamento.

De seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro da Assembleia Artur Oliveira, que referiu que em relação à questão do saneamento, o desejo do executivo em funções em 1989, era a construção da escola C+S e, por isso, assumiram junto do ministério da educação dotar as infra-estruturas de ligação à rede pública de esgotos e doar os terrenos para a construção da referida escola. Foi feita a ligação provisória através de uma fossa séptica, que foi ficando saturada. Foram feitas obras de intervenção mas a situação foi-se agravando. Disse também que a solução do técnico Alberto Santos é viável mas que este problema é do domínio municipal.

O Presidente da Câmara concordou que este é um problema de domínio municipal, mas questionou porque é que nunca foi abordado nas assembleias anteriores.

O Membro da Assembleia Artur Oliveira disse que o problema foi colocado aos executivos anteriores e quando surgiu foi sempre remediado provisoriamente; a situação mais grave ocorreu na primavera de 2013 e recentemente em Dezembro de 2013, tendo nesta data alertado o Presidente da Câmara e o Vereador Alexandre Lote.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso, referiu que nem todas as luminárias foram identificadas e, por isso, nalguns casos não se sabe se é por avaria ou se realmente é propositado.

O Presidente da Câmara referiu que em, princípio estarão todas referenciadas, mas caso contrário irá tratar do assunto.

Passou-se ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos: “Intervenção do Público”. Havendo duas inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento do público Daniel Andrade que questionou o Presidente da Câmara acerca das dívidas contraídas pela Câmara Municipal à Firma Andrades Lda., nomeadamente 52.000,00€ das obras em Algodres e 61.000,00€ da obra referente às Terras Serranas, dizendo que a situação se está a tornar insustentável.

O Presidente da Câmara manifestou a sua preocupação para com a empresa Andrades Lda. e, caso os Serviços técnicos reconheçam a dívida, ela terá de ser paga não se prevendo quando é que isso possa acontecer.

O Presidente da Assembleia disse que todo este processo está a ser conduzido de modo a ser encontrada uma solução. As eleições atrasaram a resolução deste problema, mas vai ser encontrada uma solução.

O elemento do público Daniel Andrade, manifestou a sua preocupação com a afirmação utilizada pelo Presidente da Câmara ao dizer “caso os serviços técnicos reconheçam a dívida”.

O Presidente da Câmara referiu que o município atravessa uma situação financeira muito difícil, mas que o seu principal objetivo é resolver estas questões. Referiu ainda que teve uma reunião na Presidência do Conselho de Ministros com uma Comissão Avaliadora, no sentido de criar um Fundo Municipal Europeu, que tem como principal objetivo estabelecer um plano de ajuda às Câmaras endividadas.

O Presidente da Assembleia deu de seguida a palavra a outro elemento do público - Porfírio Paraíso; disse que a sua primeira questão era referente aos idosos, mas já está esclarecido, uma vez que este assunto já foi abordado anteriormente pelo vereador Alexandre Lote.

Seguidamente, dirigiu-se ao Presidente da Assembleia, afirmando que “fica-lhe mal ir para os Serviços Continuados intimidar os idosos”, disse

também que enquanto elemento da GNR, “teve orgulho em servir as pessoas e não servir-se delas”.

Propôs que fosse feita uma alteração ao regulamento da Assembleia, uma vez que “não tem cabimento o público falar apenas no fim e ter apenas três minutos para o fazer”. Disse que o público deverá ser ouvido antes das votações.

Por fim colocou várias questões ao Presidente da Câmara acerca das Terras Serranas, nomeadamente:

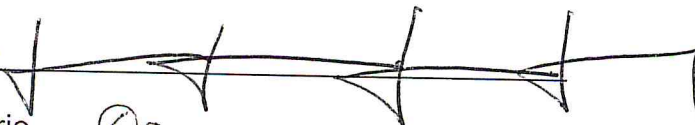
- Onde foi feito o Registo Predial;
- Quantas pessoas do concelho trabalham no hotel;
- Quanto é que a Câmara paga de luz.

O Presidente da Câmara referiu que o Registo Predial das Terras Serranas foi feito em Viseu e que, neste momento e com base nos registos de remunerações trabalham no hotel cinco pessoas do concelho de Fornos. Relativamente à questão da luz, o PT serve o hotel e o campo de futebol e o valor total da fatura ronda os 8.000,00€. Para apurar o valor real, há que fazer um histórico sobre o que se gastava antes e depois do hotel. Foi feito um cálculo provisório pelos serviços técnicos e chegou-se à conclusão que o valor da fatura será aproximadamente de 6.000,00€.

O Presidente da Assembleia frisou que a ligação do PT foi feita recentemente. Está escrito no protocolo, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal, por unanimidade, que todas as infra-estruturas são da responsabilidade da Câmara e que a EDP demorou perto de dois anos a ligar um PT ao outro. Disse também que o proprietário do hotel pode apresentar a fatura dos arranjos exteriores que a Câmara se comprometeu a fazer e não fez e, por isso, é preciso haver bom senso.

E, não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, de imediato encerrou a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



O 1º Secretário



O 2º Secretário

